

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. –
Petrobras)

Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2020

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balço Patrimonial.....	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
Demonstração do Valor Adicionado.....	10
Notas Explicativas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019	11
1. A companhia e suas operações	11
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	13
3. Sumário das principais práticas contábeis	15
4. Estimativas e julgamentos relevantes	16
5. Contas a receber.....	18
6. Imobilizado	20
7. Partes relacionadas.....	20
8. Tributos.....	22
9. Compromissos contratuais	25
10. Benefícios concedidos a empregados	26
11. Patrimônio líquido	27
12. Receita de arrendamento.....	29
13. Custos e despesas por natureza	29
14. Outras receitas (despesas), líquidas	30
15. Resultado financeiro líquido.....	30
16. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	31
17. Processos judiciais e contingências	31
18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	33
Diretoria Executiva	36

Relatório da Administração 2020

À

Assembleia Geral de Acionista

Cumprindo preceitos legais e disposições do Estatuto Social, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termomacaé S.A. do exercício social findo em 31/12/2020, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

ASPECTOS OPERACIONAIS

A Termomacaé é proprietária da Usina Termelétrica Termomacaé, com capacidade nominal instalada de 923 MW de energia elétrica, localizada no Município de Macaé, no Estado do Rio de Janeiro.

Em 14/12/2015, a Termomacaé S.A. e a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras assinaram novo Contrato de Locação e Outras Avenças, pelo prazo de 2 (dois) anos.

Em março de 2017, com base na utilização de Laudo de Avaliação independente, foi celebrado um novo Contrato de Locação da UTE Termomacaé com prazo de vencimento em dezembro de 2019.

Em dezembro de 2019, foi celebrado novo Contrato de Locação com base no Laudo de Avaliação externa independente, refletindo as condições atuais de mercado, corrigidas anualmente com base na variação do IPCA e prazo de vencimento em dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por igual período.

Em atendimento ao Art. 51 §3º, do Decreto 8.945/2016, o Estatuto Social da Termomacaé S.A. sofreu alteração após deliberação em Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 26/08/2020.

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 se tratava de uma pandemia.

Apesar do surto da COVID-19 e os reflexos negativos em grande parte das empresas ao redor do mundo, o modelo de negócio da Companhia foi capaz de manter sua atividade sem nenhum impacto relevante em seus resultados.

ASPECTOS COMERCIAIS

Toda a energia elétrica produzida pela UTE Termomacaé é comercializada pela Petrobras. A energia é disponibilizada no Sistema Interligado Nacional – SIN, sob a responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A Termomacaé está engajada com as ações de governança da acionista controladora, a Petrobras, com o intuito de estabelecer as melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regramentos adotados pela companhia, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados de mercado.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa companhia e considerados em todas as nossas decisões.

A situação atual reforça a importância dos nossos pilares estratégicos, que devem continuar a serem seguidos ainda com mais foco. Continuaremos operando com alta produtividade, custos baixos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a sociedade e para o Brasil.

ASPECTOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

A sentença final da corte arbitral referente ao processo arbitral movido pela INEPAR, na ordem de R\$ 35.497 mil, associada à renovação do contrato de locação no final de 2019 que apresentou queda de receita na ordem de 47% com relação ao contrato anterior, foram os principais eventos que contribuíram para a geração do Lucro Líquido de R\$ 22.136 mil em 2020, cerca de 86% menor em comparação ao lucro de R\$ 159.366 mil auferido em 2019, conforme apresentado na Tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Demonstrações de Resultado 2020

DRE (R\$ mil)	2020	2019	Δ	Δ %
Receita de arrendamento	71.793	135.978	(64.185)	(47%)
Custo do arrendamento	(30.152)	(30.152)	-	0%
Lucro bruto	41.641	105.826	(64.185)	(61%)
Gerais e administrativas	(9.143)	(9.595)	452	(5%)
Tributárias	(401)	(4.643)	4.242	(91%)
Outras receitas (despesas), líquidas	(16.532)	88.341	(104.873)	(119%)
Receitas (despesas) operacionais	(26.076)	74.103	(100.179)	(135%)
Lucro antes do result. financ. e impostos	15.565	179.929	(164.364)	(91%)
Resultado financeiro líquido	7.287	7.407	(120)	(2%)
Receitas financeiras	6.896	10.259	(3.363)	(33%)
Despesas financeiras	(29)	(94)	65	(69%)
Variações monetárias, líquidas	420	(2.758)	3.178	(115%)
Resultado antes dos impostos	22.852	187.336	(164.484)	(88%)
Imposto de renda e contribuição social	(716)	(27.970)	27.254	(97%)
Lucro do exercício	22.136	159.366	(137.230)	(86%)

Na continuação, serão apresentados os esclarecimentos das principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2020.

Lucro Bruto

Destaca-se que em dezembro de 2019 foi assinado novo contrato de locação, com prazo de 2 anos, passando o valor da locação mensal de R\$ 12,3 milhões para R\$ 6,5 milhões (queda de 47%).

Com isso, o Lucro Bruto encerrou o exercício de 2020 em R\$ 41.641 mil, queda de 61% em comparação ao resultado de R\$ 105.826 mil registrado em 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas apresentaram a redução de 5% em 2020 ao registrar o valor de R\$ 9.143 mil frente a R\$ 9.594 mil observado em 2019.

Despesas Tributárias

A Companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Considerando que ao longo do exercício de 2020 não foram realizadas baixas de créditos fiscais, as Despesas Tributárias encerraram 2020 no valor de R\$ 401 mil, recuo de 91% em comparação ao resultado de 2019, quando registrou valor de R\$ 4.643 mil em decorrência da baixa contábil de créditos de PIS e COFINS irrecuperáveis, no montante de R\$ 3.294 mil.

Outras Receitas (Despesas), Líquidas

Após registrar saldo positivo em 2019, na ordem de R\$ 88.341, as Outras Receitas (Despesas), Líquidas fecharam o exercício com saldo negativo de R\$ 16.532 mil. A variação entre os dois períodos ocorreu, principalmente, em função de (a) registro da despesa líquida de R\$ 20.762 em 2020 referente ao pagamento da sentença final do processo instaurado pela INEPAR S.A., proferida em tribunal arbitral, na ordem de R\$ 35.497 mil e reversão da provisão de R\$14.735 mil e, (b) pela receita com a reversão da provisão de R\$ 90.240 mil em 2019, todos relativos ao processo arbitral movido pela INEPAR.

Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro foi de R\$ 7.287 mil em 2020 ante R\$ 7.407 mil registrado em 2019. A redução de cerca de 2% se deve, principalmente, a menor receita proveniente de aplicações financeiras com a redução da Taxa Selic.

PROPOSTA DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2020

Tendo em vista que no fechamento do Exercício 2019, a Termomacaé S.A. apresentava prejuízo acumulado de R\$ 414.758 mil, a proposta de Destinação de Resultado 2020 apresentada pelos Administradores da Companhia, na **Tabela 2** abaixo, será destinar o Lucro Líquido de R\$ 22.136

mil para absorver Prejuízos Acumulados, conforme disposições legais (Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76).

Tabela 2 – Proposta de Destinação de Resultado 2020

Destinação de Resultado (R\$)	2020
Prejuízos Acumulados	414.758.112,02
Absorção do Lucro do Exercício	22.135.514,67
Prejuízo Remanescente	392.622.597,35

O saldo remanescente do prejuízo acumulado será de R\$ 392.622 mil após a absorção do resultado 2020.

METAS E INDICADORES

As despesas referentes à sentença final do processo instaurado pela INEPAR S.A., proferida em tribunal arbitral, na ordem de R\$ 35.497 mil, prejudicou o atingimento das Metas 2020 de FCO e ROAE, que ficaram abaixo do esperado, conforme apresentado na Tabela 3, abaixo.

Tabela 3 – Metas 2020

Indicadores	Metas 2020	Realizado
FCO (R\$ mil)	39.900	11.624
ROAE (%)	5,8%	5,0%
GOG (R\$ mil)	6.800	4.111
TAR (pontos)	0	0

Legenda

FCO = Fluxo de Caixa Operacional

ROAE = (Resultado Líquido / Patrimônio Líquido)

GOG = Gastos Operacionais Gerenciáveis

TAR = Taxa de Acidentados Registráveis

Memória de Cálculo	Realizado 2020
FCO	11.624
GOG	4.111
TAR	0
ROAE	5,0%
Resultado Líquido	22.136
Patrimônio Líquido	445.532

AGRADECIMENTOS

Nós agradecemos aos nossos colaboradores, acionista, fornecedores e parceiros pela confiança e parceria durante o ano de 2020.

Macaé - RJ, 23 de fevereiro de 2021.

Wellington Gomes Lucas
Diretor Presidente

Aline Dias Leonardi
Diretora

(assinado eletronicamente)

José Ricardo Uchoa Cavalcanti Almeida
Diretor

(assinado eletronicamente)





KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Termomacacé S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termomacacé S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termomacacé S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além

disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 2021.


KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores		1.278	1.516
Contas a receber, líquidas	5	10.711	15.446	Imposto de renda e contribuição social	8.1	4.144	8.434
Contas a receber - FIDC	5.2	263.419	244.899	Impostos e contribuições	8.1	743	987
Imposto de renda e contribuição social	8.1	5.778	-	Salários, férias, encargos e participações		4.386	7.087
Impostos e contribuições	8.1	6.509	6.491	Compromissos contratuais	9	1.160	4.018
		<u>286.418</u>	<u>266.837</u>			<u>11.711</u>	<u>22.042</u>
Não Circulante				Não Circulante			
Realizável a longo prazo				Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.2	21.002	30.991
Depósitos judiciais	17.2	7.205	7.078	Plano de pensão	10	5.115	8.938
Impostos e contribuições	8.1	29.220	29.220	Provisão para processos judiciais e administrativos	17.1	20.370	35.406
		<u>36.425</u>	<u>36.298</u>	Compromissos contratuais	9	1.877	-
						<u>48.364</u>	<u>75.335</u>
Imobilizado	6	182.764	212.952	Patrimônio líquido			
		<u>182.764</u>	<u>212.952</u>	Capital social realizado	11.1	837.635	837.635
				Prejuízos acumulados		(392.620)	(414.756)
				Outros resultados abrangentes		517	(4.169)
						<u>445.532</u>	<u>418.710</u>
		505.607	516.087			505.607	516.087

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita de arrendamento	12	71.793	135.978
Custo do arrendamento	13.1	(30.152)	(30.152)
Lucro bruto		41.641	105.826
Receitas (despesas)			
Gerais e administrativas	13.2	(9.143)	(9.595)
Tributárias	8.1	(401)	(4.643)
Outras receitas (despesas), líquidas	13	(16.532)	88.341
		(26.076)	74.103
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		15.565	179.929
Resultado financeiro líquido	15	7.287	7.407
Receitas financeiras		6.896	10.259
Despesas financeiras		(29)	(94)
Variações monetárias, líquidas		420	(2.758)
Lucro antes dos impostos		22.852	187.336
Imposto de renda e contribuição social	8.3	(716)	(27.970)
Lucro do exercício		22.136	159.366
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	11.5	0,03	0,19

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro do exercício	22.136	159.366
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de benefícios definidos	4.952	(4.494)
Imposto diferido	(266)	
	4.686	(4.494)
Resultado abrangente total	26.822	154.872

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

		Outros resultados abrangentes		
	Capital subscrito e integralizado	Ganhos (perdas) atuariais com planos de benefícios definidos	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2019	837.635	325	(574.122)	263.838
Lucro do exercício			159.366	159.366
Outros resultados abrangentes		(4.494)		(4.494)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	837.635	(4.169)	(414.756)	418.710
Saldos em 01 de janeiro de 2020	837.635	(4.169)	(414.756)	418.710
Lucro do exercício			22.136	22.136
Outros resultados abrangentes		4.686		4.686
Saldos em 31 de dezembro de 2020	837.635	517	(392.620)	445.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	22.136	159.366
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	30.188	30.208
Despesa atuarial de plano de pensão	863	648
Perdas na recuperação de ativos	-	3
Variações monetárias e encargos financeiros	(422)	2.758
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(6.896)	(10.258)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(10.255)	(6.245)
Reversão de prov. para perdas com processos judiciais e administrativos	(15.036)	(88.816)
Redução (Aumento) de ativos		
Contas a receber	4.735	4.652
Depósitos judiciais	(4)	6.296
Aumento (Redução) de passivos		
Fornecedores	(238)	(820)
Impostos e contribuições	7.731	25.941
Imposto de renda e contribuição social pagos	(17.762)	(24.773)
Outros passivos	(3.416)	459
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	11.624	99.419
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações de recebíveis de ativos financeiros	(11.624)	(99.419)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(11.624)	(99.419)
Redução de caixa e equivalentes de caixa no exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Receitas		
Arrendamento e outras receitas	79.521	149.985
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(25.989)	84.949
Valor adicionado bruto	53.532	234.934
Depreciação e amortização	(30.188)	(30.208)
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	23.344	204.726
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras e variação cambial e monetária	7.318	10.260
Valor adicionado a distribuir	30.662	214.986
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	(4.173)	(1.833)
Programa de remuneração variável		
Prêmio por performance - PPP	210	2.500
Participação nos lucros ou resultados - PLR	345	1.123
	(3.618)	1.790
Benefícios		
Plano de aposentadoria e pensão	1.879	2.441
FGTS	1.752	2.009
	3.631	4.450
Tributos		
Federais	8.479	46.518
Estaduais	3	9
	8.482	46.527
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variação cambial e monetária	31	2.853
Acionistas		
Lucros retidos	22.136	159.366
	22.136	159.366
Valor adicionado distribuído	30.662	214.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas às demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termomacaé S.A. ("companhia"), controlada da Petróleo Brasileiro de S.A. – Petrobras, foi constituída em 15 de outubro de 1997 e iniciou suas atividades operacionais em 29 de novembro de 2001, tendo por objeto social a produção independente de energia elétrica, podendo realizar atividades de gerenciamento, implantação, operação e manutenção de Usinas de geração de energia elétrica e, ainda, a participação no capital de outras sociedades. A companhia é proprietária da UTE Termomacaé que possui 20 turbinas de geração de energia elétrica, com capacidade bruta de geração de 923 megawatts (MW).

Em 25 de abril de 2006, a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras ("Petrobras") adquiriu as quotas da Termomacaé da antiga proprietária El Paso Energy Cayger II Company (Cayger II) e a El Paso Energy Cayger IV Company (Cayger IV).

Em 1º de outubro de 2007, foram firmados dois contratos com a Petrobras, um referente à locação da UTE Termomacaé, e o outro referente à prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) da UTE Termomacaé. O Contrato de O&M foi encerrado em 30 de setembro de 2014 e o contrato de locação, após alguns aditivos, foi encerrado em 31 de outubro de 2015.

Em 14 de dezembro de 2015 e em 13 de dezembro de 2017, foram celebrados contratos de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, ambos por prazo de dois anos, com condições econômicas atualizadas à época das negociações.

Em 01 de novembro de 2018, conforme ata de reunião dos sócios quotistas, foi aprovada a transformação societária da Termomacaé Ltda. para sociedade por ações na forma de sociedade anônima de capital fechado, passando a ser denominada como Termomacaé S.A.

Em 12 de dezembro de 2019, foi celebrado novo Contrato de Locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, com condições econômicas atualizadas, vigente até 11 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

O contrato de locação da Usina foi classificado, contabilmente, como um arrendamento mercantil operacional, uma vez que não transfere os riscos e os benefícios inerentes à propriedade da mesma. Adicionalmente, foram verificadas as situações elencadas abaixo:

- O prazo do arrendamento não equivale à maior parte da vida econômica da usina;
- Na data da celebração do arrendamento, o valor presente dos recebimentos do arrendamento não equivale substancialmente à totalidade do valor justo da usina; e
- A Usina não possui sua natureza tão especializada de forma que não possa ser utilizada por outra entidade distinta do atual arrendatário.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1.1. Destaques do exercício

1.1.1. Contrato de arrendamento

Em 12 de dezembro de 2019, foi celebrado novo contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, com condições econômicas atualizadas, com vencimento em 11 de dezembro de 2021, podendo ser prorrogado por mais dois anos.

O valor das parcelas mensais do novo contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras sofreu uma redução de 49,22% em relação ao valor que vinha sendo recebido com base no contrato anterior. O novo valor da parcela mensal do contrato é de R\$ 6.501, corrigidos anualmente pela variação do IPCA e foi definido com base em análise efetuada por uma empresa de consultoria externa independente e elaborado considerando as condições atuais de mercado e um custo médio ponderado de capital (taxa WACC) de 11% para o locador (Termomacaé) assumida pela empresa de consultoria externa independente.

1.1.2. Processo arbitral INEPAR S.A

Conforme a sentença arbitral final datada de 29 de junho de 2020, a companhia efetuou o pagamento de R\$ 35.497 em setembro de 2020, referente ao processo arbitral instaurado pela INEPAR S.A., que tratava do pedido de indenização pelo não pagamento de serviços prestados em 2001 durante a construção da UTE Termomacaé. Por conta do pagamento da sentença final, a companhia efetuou a baixa da provisão para contingência no montante de R\$ 14.734 (Nota explicativa 17.1).

1.2. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

1.2.1. Contexto

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estaria se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global.

As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram as atividades mundiais, auxiliando desta forma o setor produtivo.

1.2.2. Ações de resiliência

A companhia alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o teletrabalho para o desempenho das atividades administrativas que podem ser realizadas de casa, rigorosa higienização dos locais de trabalho, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

1.2.3. Efeito nas demonstrações financeiras

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras. As informações sobre as estimativas e julgamentos relevantes, que requerem elevado nível de julgamento e complexidade em suas aplicações e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia, estão sendo divulgadas nessas demonstrações financeiras a fim de determinar eventuais mudanças em premissas e julgamentos decorrentes das atuais condições de mercado.

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O resultado dessas premissas e outros efeitos decorrentes da COVID-19 são apresentados a seguir:

- não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes, pois a Companhia possui operações somente com a sua controladora.
- não foram identificados efeitos no reconhecimento das perdas de crédito esperadas (PCE) nos ativos financeiros da companhia;
- não houve alterações nos compromissos assumidos com fornecedores, tendo em vista que o fluxo de caixa não sofreu alterações; e
- no âmbito do contencioso jurídico da companhia, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. Os sumários das principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentados nas suas respectivas notas explicativas, conforme indicado na nota explicativa 3.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

A Diretoria Executiva da companhia, em reunião realizada em 23 de fevereiro de 2021, autorizou a divulgação dessas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas, e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aprovado pela Deliberação CVM 557/08.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

2.3. Novas normas e pronunciamentos

2.3.1. Comitê de Pronunciamento Contábeis - CPC

A companhia é regida pelos regramentos publicados pelo CPC, que emite pronunciamentos e interpretações análogos às IFRS, tal como emitidas pelo IASB. A seguir são apresentados os normativos contábeis ainda em análise pelo CPC, que não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela companhia até 31 de dezembro de 2020.

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Interest Rate Benchmark Reform – Phase 2. Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS 16.</i>	As alterações normativas estão relacionadas à reforma das taxas de juros referenciais (IBOR) resultante das recomendações estabelecidas no relatório do Financial Stability Board (FSB). As emendas estabelecem novos requerimentos sobre: base para determinação dos fluxos de caixa contratuais dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado no escopo do IFRS 9, passivos de arrendamento; contabilidade de hedge; e divulgações.	1º de janeiro de 2021, aplicação retrospectiva com determinadas exceções
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1-First-time Adoption of International Financial Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37-Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

Quanto às emendas e normativo listados acima, a Companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações financeiras.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativas

- 5. Contas a receber
- 6. Imobilizado
- 8. Tributos
- 10. Benefícios Concedidos a empregados
- 11. Patrimônio Líquido
- 12. Receita de arrendamento
- 17. Processos judiciais e contingências

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- Custo amortizado: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- Valor justo por meio de outros resultados abrangentes: ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumento patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- Valor justo por meio do resultado: todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Companhia avalia o ativo imobilizado quando há indicativos de não recuperação do seu valor contábil. Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera entradas de caixa, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou outros grupos de ativos (Unidade Geradora de Caixa – UGCs).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou Unidade Geradora de Caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Companhia, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado.

O valor em uso é estimado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros decorrentes do uso contínuo dos respectivos ativos. Os fluxos de caixa são ajustados pelos riscos específicos e utilizam taxas de desconto pré-imposto, que derivam do custo médio ponderado de capital (WACC) pós-imposto. As principais premissas dos fluxos de caixa são: preços baseados no último Plano de Negócios e Gestão e Plano Estratégico divulgado pela Petrobras; custos operacionais de mercado e investimentos necessários para realização dos projetos da Companhia.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.2. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.3. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte em arbitragens, processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrentes do curso normal de suas operações e utiliza-se de estimativas para reconhecer os valores e a probabilidade de saída de recursos com base em pareceres avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema. Especificamente para ações trabalhistas de terceirizados, a companhia estima a perda esperada através de um procedimento estatístico em virtude do volume de ações com características similares.

Decisões arbitrais, judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência e alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 17.

4.4. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas pela Companhia.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 8.2.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

4.5. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de default, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.6. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

5. Contas a receber

	2020	2019
Recebíveis de contratos com clientes		
Partes relacionadas (nota explicativa 7)	10.711	15.434
Terceiros	14	26
	10.725	15.460
Perdas de crédito esperadas (PCE)	(14)	(14)
	10.711	15.446

5.1. Partes relacionadas

Representado, principalmente, pelo contrato de arrendamento da UTE Termomacaé, celebrado com a Petrobras, cujo saldo de R\$ 6.705 (R\$ 10.232 em 31 de dezembro de 2019) corresponde a medição de dezembro de 2020 (nota explicativa 1.1.1).

Não existem títulos vencidos relacionados ao contrato de arrendamento em 31 de dezembro de 2020.

5.2. Contas a receber – FIDC

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 263.419 (R\$ 244.899 em 31 de dezembro de 2018), representa os recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas da Petrobras, sendo um fundo exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis”, considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade permanecem com o arrendador são classificados como operacionais e os recebimentos são reconhecidos como receita no resultado durante o prazo do contrato.

O contrato de locação da Usina Termoelétrica foi classificado como arrendamento mercantil operacional.

Provisão para perdas de crédito esperadas são reconhecidas em ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, incluindo recebíveis de arrendamentos mercantis, bem como aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos. Tais perdas referentes às contas a receber de clientes são apresentadas como despesas de vendas.

Em geral, para os demais instrumentos financeiros, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (default) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de instrumento financeiro não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o instrumento financeiro possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento financeiro, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme as ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

6. Imobilizado

6.1. Por tipo de ativos

	Terrenos	Equipamentos e outros bens	Unidades geradoras e de transmissão	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2019	4.480	77	238.606	243.163
Depreciação		(45)	(30.163)	(30.208)
Baixas - custo		(28)	-	(28)
Baixas - depreciação		25	-	25
Saldo em 31 de dezembro de 2019	4.480	29	208.443	212.952
Custo	4.480	2.177	1.283.654	1.290.311
Depreciação acumulada		(2.148)	(1.075.211)	(1.077.359)
Saldo em 1º de janeiro de 2020	4.480	29	208.443	212.952
Depreciação		(26)	(30.162)	(30.188)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.480	3	178.281	182.764
Custo	4.480	2.177	1.283.654	1.290.311
Depreciação acumulada		(2.174)	(1.105.373)	(1.107.547)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	4.480	3	178.281	182.764
Tempo de vida útil média ponderado em anos	-	10	25	

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelo custo de aquisição ou custo de construção, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

A estimativa de vida útil econômica das unidades geradoras foi mantida em 2020, tendo como base laudo elaborado por avaliadores internos e está aderente às taxas praticadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, que são revisadas anualmente, são demonstrados na nota explicativa 6.1.

7. Partes relacionadas

7.1. Transações comerciais e outras operações

A Companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Essa política orienta a Petrobras, suas controladas e sua força de trabalho na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

- Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;
- Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

- **Transparência:** reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;
- **Equidade:** estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;
- **Comutatividade:** prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da Administração da Companhia.

	2020	2019
Ativo		
Contas a receber		
Contas a receber por arrendamento - Petrobras	6.705	10.232
Contas a receber por reembolso de pessoal cedido - Petrobras	4.006	4.816
Outros créditos	-	386
	10.711	15.434
Passivo		
Circulante		
Fornecedores, CCCD - Petrobras	83	166
Fornecedores, Outras Obrigações - Petrobras	773	1.065
	856	1.231
Resultado		
Receita de arrendamento - Petrobras (Nota explicativa 13)	79.111	149.838
Compartilhamento de gastos com a controladora	(1.041)	(1.008)
	78.070	148.830

7.2. Membros chave da administração da companhia

Remuneração da administração

O plano de cargos e salários e de benefícios e vantagens vigente na companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas pela companhia a seus empregados e dirigentes.

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termomacaé S.A, sendo que a companhia efetua o ressarcimento dos valores de honorários previstos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovados no Conselho de Administração e Assembleia Geral.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos anos de 2020 e 2019 foram as seguintes:

Expresso em reais

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Remuneração do empregado	2020	2019
Menor remuneração	7.250	6.077
Remuneração média	17.846	16.651
Maior remuneração	42.401	42.641

A Assembleia Geral Extraordinária da Termomacaé, realizada em 07 de maio de 2020, fixou a remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal em R\$ 1.917, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021.

8. Tributos

8.1. Tributos correntes

Imposto de renda e contribuição social	Ativo Circulante		Passivo Circulante	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda (i)	4.955	-	2.028	3.638
Contribuição social (i)	823	-	2.116	4.796
	5.778	-	4.144	8.434

Demais impostos e contribuições	Ativo Circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS	-	-	-	-	175	417
INSS (ii)	-	-	29.220	29.220	-	-
Imposto de renda retido na fonte (iii)	6.509	6.491	-	-	-	-
Outros impostos	-	-	-	-	568	570
	6.509	6.491	29.220	29.220	743	987

(i) Em 31 dezembro de 2020 e 2019, os valores de R\$ 2.028 e R\$ 2.116, correspondentes a imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, respectivamente, no passivo circulante, referem-se aos saldos remanescente do Programa de Regularização Tributária – PRT e corresponde ao mesmo montante registrado em “Depósitos judiciais”, que aguardam a homologação do parcelamento pela Secretaria da Receita Federal, para respectiva liquidação.

(ii) Refere-se ao INSS retido sobre prestação de serviço, do período de fevereiro de 2008 a abril de 2014, que foi objeto de pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil.

(iii) Refere-se a imposto de renda retido na fonte, pago a maior no exercício de 2016, com pedido de restituição junto à Receita Federal do Brasil encaminhado, ainda a ser homologado.

A companhia monitora periodicamente seus créditos de impostos, com o intuito de garantir a sua efetiva recuperabilidade, promovendo ajustes pontuais (baixas) quando comprovado a sua não recuperabilidade. Em 2019 foram baixados do ativo circulante créditos tributários no montante de R\$3.294, os quais foram registrados em Despesas tributárias.

8.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Prejuízos fiscais	Diferença depreciação vida útil	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2019	20.619	(55.428)	(2.427)	(37.236)
Reconhecido no resultado do exercício	(7.337)	13.415	167	6.245
Em 31 de dezembro de 2019	13.282	(42.013)	(2.260)	(30.991)
Reconhecido no resultado do exercício	(4.395)	13.415	1.235	10.255
Reconhecido no patrimônio líquido		-	(266)	(266)
Em 31 de dezembro de 2020	8.887	(28.598)	(1.291)	(21.002)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A companhia considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de Renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2021	1.481	4.982
2022	1.481	4.982
2023	1.481	4.981
2024	1.481	4.981
2025	1.481	4.981
2026	1.481	4.981
Parcela registrada contabilmente	8.886	29.888
Parcela não registrada contabilmente	45.581	0
Total	54.467	29.888

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante de R\$ 134.236. A companhia constituiu crédito de imposto de renda e contribuição social negativa diferidos, no montante de R\$ 8.886, limitado a 30% do imposto de renda e contribuição social diferido passivo, tendo em vista o direito irrevogável de utilização desses créditos quando da realização dos impostos correntes.

A Administração da companhia monitora a geração de lucro nas operações e considera que os créditos e débitos fiscais diferidos serão realizados na proporção da realização das receitas e despesas, e da resolução final dos eventos futuros.

8.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados, conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados estão apresentados a seguir:

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Lucro antes dos impostos	22.852	187.336
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(7.770)	(63.694)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições) permanentes, líquidas	(4.517)	(4.524)
Exclusões/(Adições) temporárias, líquidas	6.859	25.665
Prejuízo Fiscal	4.712	14.583
Imposto de renda e contribuição social	(716)	(27.970)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.255	6.245
Imposto de renda e contribuição social correntes	(10.971)	(34.215)
	(716)	(27.970)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	3%	15%

A redução da alíquota efetiva entre os dois períodos ocorreu, essencialmente, pelo efeito da reversão de provisão para contingências, comentada na nota explicativa 17.1 item (i).

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito à compensação dos valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do período que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

9. Compromissos contratuais

Os compromissos relativos às obrigações ambientais totalizaram R\$ 3.037 em 31 de dezembro de 2020 (R\$4.018 em 2019) sendo R\$1.160 registradas no circulante e R\$1.877 em não circulante.

9.1. Condicionantes ambientais – Licença de operação – LO N° IN 003002

Considerando que o modelo de negócios da UTE Termomacaé consiste na locação do ativo para a Petrobras, a Licença de Operação (LO) encontra-se em nome da proprietária (Termomacaé S.A.).

Na renovação da LO de 26 de outubro de 2010, o órgão ambiental INEA – Instituto Estadual do Ambiente, fixou as seguintes condicionantes ambientais, que se encontram em andamento:

a) Condicionante N° 13 – Realizar o monitoramento contínuo de emissões atmosféricas para cada grupo de quatro chaminés, contemplando os parâmetros velocidade de saída, temperatura, pressão e vazão dos gases — O₂, NO_x e CO —, enviando os dados, em tempo real, para a Central de Dados de Qualidade do Ar do INEA;

b) Condicionante N° 32 – Apresentar semestralmente ao INEA relatório fotográfico e descritivo em meio digital dos projetos de revegetação;

- Após entendimentos entre a área técnica da Petrobras e o INEA, o Projeto de Revegetação, além de atender a condicionante 32 da LO N° IN 003002, passou também a atender a Lei 12.651 / 2012, específica para áreas rurais, que determina a criação de uma Reserva Legal.
- Esta área de Reflorestamento / Reserva Legal totaliza 61,24 hectares (conforme Certidão Ambiental CA N° IN033351 expedida pelo INEA em 15/02/2016).

As obrigações existentes relativas à Condicionante Ambiental n° 32, vinculadas à LO, totalizaram R\$ 2.347. em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 3.328 em 31 de dezembro de 2019), e são de responsabilidade da Termomacaé.

Em decorrência do Contrato de Locação firmado entre a Termomacaé e a Petrobras, a execução da Condicionante Ambiental n° 13, vinculada à operação da UTE Termomacaé, é de responsabilidade da Petrobras.

9.2. Compensação ambiental

Em decorrência da Licença de Instalação (L I) da Termomacaé, a companhia possui compromisso de Compensação Ambiental relacionado ao investimento efetuado na construção da UTE Termomacaé.

As obrigações existentes relativas à Compensação Ambiental são no montante de R\$ 690 em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019.

Política contábil

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Representam os custos futuros estimados referentes à compensação ambiental. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os custos com a compensação ambiental são reconhecidos no resultado, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da companhia.

10. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos a benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2020	2019
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	5.115	8.938

10.1. Plano Petros 2 - Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O Plano Petros 2 foi implementado pela Companhia, em março de 2012, na modalidade de contribuição variável.

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado no respectivo mês de competência. Em 2020, a contribuição da Companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 1.879 (R\$ 1.321 em 2019).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2021, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste exercício está sendo destinada para conta individual do participante.

Em 2020, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial e a companhia reconheceu um ganho líquido de R\$ 4.686 em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida com a redução no passivo atuarial decorrente dessa remensuração do seu plano de pensão. O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020 montava em R\$ 5.115.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2021 são de R\$ 1.670, referente à parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base de 31 de dezembro de 2020 é de 22,07 anos.

10.2. Remuneração variável

Programa de Prêmio por performance - PPP

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

No exercício de 2020, a companhia, fundamentada nas premissas em referência, provisionou R\$ 210 de PPP (R\$ 2.500 em 2019).

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

A companhia também contribui para planos de contribuição definida, cujos percentuais são baseados na folha de pagamento, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

11. Patrimônio líquido

11.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, o capital subscrito e integralizado, no valor de R\$ 837.635, está representado por 837.635.422 ações, com valor nominal de R\$ 1,00.

Prática contábil

Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

11.2. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações, sendo utilizada em 2017 para absorver parcialmente o prejuízo do exercício, conforme determina o parágrafo único do artigo 189, da Lei 6.404/76.

11.3. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O Estatuto Social prevê que os acionistas poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio (JSCP) com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

O JSCP é imputado ao dividendo do exercício, na forma prevista no estatuto social, contabilizados no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados no patrimônio líquido de maneira similar ao dividendo, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social reconhecido no resultado do exercício.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO..

11.4. Lucro do exercício

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia apurou lucro de R\$ 22.136, o qual foi integralmente destinado para absorção parcial do saldo de prejuízos acumulados, assim como ocorrido com o lucro apurado em 2019 no montante de R\$ 159.366.

11.5. Resultado por ação

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro atribuível aos acionistas	22.136	159.366
Quantidade de ações	837.635.422	837.635.422
Lucro básico e diluído por ação (R\$ por ação)	0,03	0,19

11.6. Outros resultados abrangentes

Companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração do seu plano de pensão.

No 2º trimestre de 2020 houve alteração relevante na premissa financeira (taxa desconto) utilizada no cálculo do passivo atuarial, conforme nota 10.1. Dessa forma a companhia reconheceu no exercício de 2020 um ganho líquido de R\$4.686 (perda de R\$4.494 em 2019) com a remensuração do seu plano de pensão.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

12. Receita de arrendamento

	2020	2019
Receita bruta de arrendamento	79.111	149.838
Encargos sobre arrendamento	(7.318)	(13.860)
	71.793	135.978

A redução na receita bruta observada em 2020 decorre do novo contrato de locação da UTE Termomacaé com a Petrobras, celebrado em 12 de dezembro de 2019, que sofreu uma redução de 49,22% em relação ao valor que vinha sendo recebido com base no contrato anterior. O novo valor da parcela mensal do contrato é de R\$ 6.501, corrigidos anualmente com base na variação do IPCA.

Política contábil

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços, líquida dos descontos, impostos e encargos sobre a prestação de serviços.

A receita do contrato de arrendamento é reconhecida no resultado em base mensal, conforme contrato celebrado entre a companhia e sua Controladora.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

13. Custos e despesas por natureza

13.1. Custos dos produtos e serviços vendidos

	2020	2019
Depreciação e amortização	(30.152)	(30.152)
Total	(30.152)	(30.152)

13.2. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Gastos com pessoal	(7.052)	(7.317)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 7)	(1.041)	(1.008)
Depreciação e amortização	(37)	(56)
Materiais, serviços, fretes, aluguéis e outros	(283)	(386)
Outras	(730)	(828)
Total	(9.143)	(9.595)

Termomacaré S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

14. Outras receitas (despesas), líquidas

	2020	2019
Reembolso de pessoal cedido	3.154	3.159
Reversão/(Perdas) com processos judiciais e administrativos (i)	(20.523)	88.658
Prêmio por performance - PPP	(210)	(2.500)
Participação nos lucros ou resultados - PLR	(345)	(1.123)
Reversão de provisão com compromissos contratuais	981	-
Outras receitas líquidas	411	147
	(16.532)	88.341

- (i) A variação decorreu dos seguintes fatos relativos ao processo arbitral movido pela INEPAR: (a) registro da despesa líquida de R\$20.762 em 2020 (perda de R\$ 35.497 pelo pagamento da sentença arbitral e reversão da provisão de R\$ 14.735) e, (b) pela receita com a reversão da provisão de R\$ 90.240 em 2019 (Nota explicativa 17.1).

15. Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Receitas Financeiras	6.896	10.259
Receita com recebíveis de ativos financeiros (i)	6.896	10.259
Despesas Financeiras	(29)	(94)
Juros de mora	(11)	(61)
Tarifas bancárias	(10)	(37)
Outros	(8)	4
Variações monetárias e cambiais, líquidas	420	(2.758)
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	299	997
Atualização monetária sobre depósitos judiciais (ii)	123	(3.755)
Outras variações monetárias e cambiais líquidas	(2)	-
Total	7.287	7.407

- (i) Menor receita com recebíveis de ativo financeiro, devido, essencialmente, à redução na média de rentabilidade mensal ao longo do exercício de 2020 quando comparado a 2019.
- (ii) Ajuste de atualização monetária dos depósitos judiciais em função da quitação de dívidas de parcelamentos em 2019, com a utilização de parte desses depósitos, com reflexo negativo no resultado de R\$ 3.755 em 2019.

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

16. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2020	2019
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	4.721	5.674

17. Processos judiciais e contingências

17.1. Processos judiciais provisionados

A companhia constitui provisões em montante suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis e para as quais uma estimativa confiável possa ser realizada. As principais ações se referem a:

- Processos fiscais, destacando-se: declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacacé S.A. com o saldo negativo de CSLL apurado no ano-calendário 2005;
- Processos trabalhistas, destacando-se: concessão de adicionais e horas extras; e
- Processos cíveis, destacando-se: pleito sobre rescisão de contrato de construção de módulos da planta termoelétrica.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2020	2019
Passivo não circulante		
Processos fiscais	19.576	19.328
Processos trabalhistas	794	1.344
Processos cíveis (i)	-	14.734
	20.370	35.406
Saldo inicial	35.406	124.222
Adições (Baixas), líquidas	(15.036)	(88.816)
Saldo final	20.370	35.406

- (i) A redução no montante dos processos reflete, principalmente, a reversão da provisão no montante de R\$14.734 em função da sentença final do processo instaurado pela INEPAR S.A., proferida em tribunal arbitral.

17.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2020	2019
Ativo não circulante		
Trabalhistas	15	10
Fiscais	7.190	7.068
	7.205	7.078

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

No exercício de 2020, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se, basicamente, aos juros e atualização monetária.

17.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2020	2019
Cíveis	-	55.226
Fiscais	62.709	62.072
Trabalhistas	15.873	7.385
	78.582	124.683

O quadro a seguir detalha as principais causas de natureza fiscal e trabalhista, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Descrição dos processos de natureza fiscal	Estimativa	
	31.12.2020	31.12.2019
Autor: Delegacia da Receita Federal de Macaé		
1) Declaração de não homologação da compensação realizada pela Termomacaé S.A. com o saldo negativo de IRPJ apurado no ano-calendário 2002. O direito creditório utilizado na compensação corresponde ao montante de R\$ 20.500, não foi reconhecido.		
Situação atual: Em diligência na Delegacia da Receita Federal em Macaé	58.771	58.220
2) Processos diversos de natureza fiscal	3.938	3.852
Total de processos de natureza fiscal	62.709	62.072

Descrição dos processos de natureza trabalhista	Estimativa	
	31.12.2020	31.12.2019
Autores diversos		
1) Processos diversos de natureza trabalhista	15.873	7.385
Total de processos de natureza trabalhista	15.873	7.385

Descrição dos processos de natureza cível	Estimativa	
	31.12.2020	31.12.2019
Autor: INEPAR S A INDUSTRIA E CONSTRUÇÕES (Nota explicativa 18.1)		
1) Ação ordinária de cancelamento de protesto de duplicadas emitidas pela Ré sem comprovação de prestação dos serviços alegados.		
Situação atual: Após sentença Arbitral Final, de parcial procedência, a Termomacaé efetuou o pagamento voluntário, com mora acordada entre as Partes até 01/08/2020, no valor de R\$ 35.497.	-	55.226
Total de processos de natureza cível	-	55.226

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Passivos contingentes não são reconhecidos mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

18. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Termomacacé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

18.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2020 e 2019 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	10.711	15.446
Contas a receber - FIDC	263.419	244.899
Não Circulante		
Depósitos Judiciais	7.205	7.078
	281.336	267.424
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.278	1.516
	1.278	1.516

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Política contábil sobre Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

18.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 5.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

18.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

18.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a companhia sofrer ganhos ou perdas relativos às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

18.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da Administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termomacaé), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

18.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

18.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termomacaé transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Termomacaé S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Diretoria Executiva

DIRETORIA EXECUTIVA

ALINE DIAS LEONARDI

Diretora

JOSÉ RICARDO UCHÔA CAVALCANTI

Diretor

WELLINGTON GOMES LUCAS

Diretor Presidente

MARCOS ANTONIO GIBIN DE FREITAS

CONTADOR

CRC-RJ-089868/O-2